

## A Conturbada e Atual Conjuntura Internacional: Portugal e o Futuro

António de Almeida Tomé\*

### *Resumo*

Este artigo tem por objetivo chamar a atenção para o despontar de várias situações de grande incerteza e elevado grau de risco que afetam o sistema mundial e que os velhos poderes democráticos persistem em ignorar.

Essas situações provêm essencialmente de três fatores altamente desestabilizadores: primeiro a existência de países em que toda uma elite corrupta, totalitária e ditatorial se instalou e procura perpetuar-se no poder, com a geração de grandes focos de miséria e do aumento do grassar da fome; segundo a execução de uma política intransigente, arrogante e agressiva da parte de Pequim, a qual se tem refletido em evidentes apoios económicos e militares a Estados considerados como irracionais ou fomentadores da atual desestabilização nas áreas política e dos mercados internacionais; e terceiro na evidente instabilidade que se verifica em África pelas razões mencionadas, continente que a Europa não deve nem pode ignorar. Conclui-se com a necessidade premente de Portugal se tornar um Estado mais forte, de maior solidez e credibilidade, que lhe permita reconquistar o lugar a que tem direito nos níveis superiores da hierarquização das Potências no interior do Sistema mundial.

*Palavras-chave:* poder, força, conflito, crise, Relações Internacionais, globalização

---

\* Professor Associado do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT

86      *Abstract*

The object of this essay is to refer how so important are to major and democratic World Powers be conscious about several uncertainty and potentially danger situations that are happening within the atual international system, due to main three destabilizing factors: first, the mention of the corruption installed in many political governments; second referring the China, economics and political inflexible offensive over several states located in three continents; and the last, concerning to the need of Europe increase its relations with Africa trying counterbalance Beijing offensive.

Ultimately, call for the need to our country strengthen its presence on world system through a consistent and powerful recover of its political and economic own power.

*Keywords:* power, force, conflict, crisis, International Relations, globalization

O atual mundo globalizado das Relações Internacionais, em estreita interação com aquele da Ciência Política envolvente, tem evidenciado que os Estados considerados mais «velhos», predominantes e experientes se encontram cerceados de forma crescente quanto às políticas de execução das respectivas políticas externas, assim como quanto ao normal desenvolvimento das suas relações multilaterais pela tradicional via diplomática, muito devido ao aparecimento de novos atores multifacetados e ao aumento da complexidade crescente que assumem essas mesmas relações que restringem o seu campo de atuação, nomeadamente no que concerne à concretização dos próprios objetivos nacionais.

Com efeito, a recente «intrusão» de múltiplos e surpreendentes atores no Sistema Mundial, alguns protagonizando factos inesperados (como o terrorismo transnacional da Al-Qaeda ao executar um inesperado ataque ao coração dos Estados Unidos), estabeleceu novos contornos conjunturais de preocupantes incertezas quanto ao futuro do equilíbrio de poderes que atualmente vigora. Também a súbita eclosão da crise financeira e económica com origem nos Estados Unidos, devido a causas fraudulentas, veio agravar ainda mais a insegurança que se tem vindo a instalar no que concerne à solidez do atual Sistema global geoeconómico ainda unipolar, estreitamente associado ao geofinanciamento, ao afetar a estabilidade dos mercados livres; tudo acontecendo numa conturbada conjuntura onde se perfilam inúmeros riscos e ameaças transnacionais em que referenciados regimes fundamentalistas parecem apostados em agir de forma irracional.

No momento presente, vive-se uma conjuntura de perigosa instabilidade, embora ainda existam algumas regiões de relativa paz e concórdia; situação que parece varrer os continentes em geral, mas cujos efeitos parecem incidir incisivamente sobre o parceiro natural da Europa, o continente africano; vasta região geopolítica que, e à semelhança do que aconteceu durante o período da «Guerra Fria» mas com outro ator, se encontra sob a mira dos avanços hegemónicos geoestratégicos da segunda maior Potência de origem asiática.

## 1. As Pretensões Hegemónicas da República Popular da China

Um novo fator de perturbação adicional quanto ao atual e desejável equilíbrio de poderes nas normais relações internacionais entre os Estados tem vindo a ser protagonizado pela intensa atividade de conquista de mercados por parte da República Popular da China (RPC), com destaque para os da energia. Tirando partido da desunião do ocidente europeu nomeadamente quanto a uma concertada política externa, vem preenchendo vazios de poder dos denominados «espaços vazios» inerentes ao conturbado espaço africano.

Os últimos acontecimentos ocorridos em pelo menos cinco Estados da África vieram revelar a prevalência da «lógica» do governo de Pequim quanto à sobreposição dos ditames constantes na Carta das Nações Unidas; regras inerentes ao direito de ingerência seguidos pela maior parte dos seus congéneres englobando os restantes países do mundo, como os ocidentais e o Japão. Ao arrepio das habituais normas de convivência política, diplomática e económico-financeira constantes nas diretivas da ONU quanto à imposição de sanções e boicotes ao regime ditatorial e racista do atual Zimbabwe, a embaixada da China em Harare «avançou» há tempos com uma festa sumptuosa de celebração dos 86 anos de Robert Mugabe e que este honrou com a sua presença, o que nunca tinha acontecido em qualquer outra embaixada desde a sua posse em 1980!

Este acontecimento, no mínimo insólito mas de elevado impacto político, veio confirmar que o governo chinês não olha a meios para atingir os seus objetivos de expansão geoestratégica, direcionados de há muito para selecionados países-alvo situados nos vários continentes, sendo a sua política africana muito simples de aplicar: como necessita de matérias-primas em quantidade crescente, paga-as bem e a pronto, sendo-lhe completamente indiferente a moralidade política dos regimes com quem negocia, nomeadamente no que toca à violação sistemática dos direitos humanos; direitos que lhe são completamente estranhos, pois considera esta matéria como «uma utópica invenção de específica matriz ocidental» cujos países, por esta via, procuram outrossim intrometer-se nos «assuntos internos» da China, onde tais direitos simplesmente não são reconhecidos!

Mas este é apenas um dos muitos fatores perturbadores em que o continente ao sul da Europa ocidental é fértil. Dos efeitos das apressadas descolonizações ocidentais, conduzidas sob a pressão da União Soviética, resultou que «novos» Estados ideológicos com poucos escrúpulos procuram agora preencher o vazio deixado pela demissão dos utópicos europeus ocidentais, que ali marcaram presença e deixaram obra feita e sedimentada sem a qual as sucessivas independências teriam sido impossíveis. Estes novos fornecedores de ajudas «desinteressadas» foram aliciando os jovens governos incipientes com o «dar tudo sem nada receber em troca», explorando sem olhar a meios os crédulos e impreparados políticos instalados no poder e exercendo uma «nova colonização por outras vias».

Um dos mais vivos exemplos dos centros de atividade frenética da penetração chinesa tem vindo a centrar-se no Quênia, outrora um oásis de paz e tranquilidade usufruindo de um turismo próspero que durou cerca de vinte anos. Com efeito este país, ainda sob os efeitos de uma visível turbulência provocada pelos ventos da História, apenas há bem pouco tempo conseguiu libertar-se de um grave conflito étnico e tribal de rara violência, cujas causas continuam a constituir verdadeiras pragas endémicas extensíveis a outros Estados africanos menos estáveis, com todo o rol de verdadeiros atentados à dignidade da pessoa humana a que nem as crianças escapam, sendo obrigadas a fazer a guerra dos homens e a prostituir-se. Aqui, Pequim tem vindo a consolidar a sua estratégia de ocupação a que se somam, para mencionar apenas alguns, os Camarões, o Sudão, a Serra Leoa, o Congo Brazzaville e também o Chade, primeiro utilizando como ponta de lança o «desinteressado auxílio» económico e financeiro e depois, quando a situação já se encontra sob controlo, a instalação inevitável de bases militares aeronavais e terrestres e acordos preferenciais de exploração dos recursos; destarte consolidando a sua posição e domínio geoestratégico sobre áreas de interesse, aliciando governos frágeis e impreparados onde a corrupção campeia para situações de facto consumado de que dificilmente se libertarão.

O exemplo desta penetração e ocupação insidiosas encontra-se bem expresso na vizinha e estratégica Birmânia, agora Myanmar, onde o próprio regime militar, sob contínua coação e subversão, se tornou num Estado maoista; com isso fazendo regredir o nível de vida dos

- 90      birmaneses para aqueles mais atrasados das províncias chinesas de Yunnan e de Xinjiang, situadas nos contrafortes dos Himalaias orientais, mas fornecendo à RPC bases aeronavais de alcance estratégico projetando-se sobre a rival Índia.

Outro exemplo materializa-se na expansão territorial marítima que paulatinamente a RPC tem vindo a efetivar sobre as inúmeras ilhas e ilhéus do Mar da China, ocupando-as e ampliando de forma forçada o seu já imenso espaço de águas territoriais que agora considera como seus domínios, à revelia de outros Estados que os reivindicam como seus.

## 2. A China e a Fraturante Situação em Regiões Sensíveis de África

Face à apatia dos ocidentais, nomeadamente dos «velhos» Estados europeus, que se autoflagelam no turbilhão dos «complexos» da sua antiga presença no continente africano, a incerta conjuntura política, religiosa e social que se vive na maior parte da África negra contribui de forma dramática para o fomentar da atual e tradicional vocação expansionista hegemónica da China, que não cessa de ocupar «espaços vazios» de Poder em extensas regiões africanas. Esta situação de desordem tem atraído certos Estados para inúmeras áreas desestabilizadas onde fomentam e exploram o «quanto pior melhor», provocando ondas de choque de «pragas» endémicas que varrem de tempos a tempos este fraturado continente.

A primeira é certamente a pobreza. Apesar de a economia crescer em geral a um ritmo aceitável, cerca de 59% da sua população vive em extrema pobreza, com menos de três dólares por semana, sendo a diferença entre ricos e pobres a maior de todo o mundo. Apesar de um relativo crescimento económico e segundo os estudos mais recentes da ONU, o número da sua população mais pobre cresceu de 289 milhões em 1982 para 517 milhões em 2002 (Relatório da Transparency International)!

A segunda «doença» incide na corrupção galopante, que coloca vários Estados na lista dos países mais corruptos do mundo, de acordo com as listas periódicas elaboradas por aquele Observatório internacional e pelo semanário *The Economist*. Devido a este flagelo, o que acontece no Quênia tornou-se prática corrente nos restantes países

referidos, onde já não existe sequer o cuidado de camuflar, tornando-se uma vez mais o Zimbabwe no maior exemplo dessa perniciosa atividade. Segundo as mesmas estatísticas e outras provenientes de diversas fontes idóneas, a África é o mais corrupto continente do mundo, com 37 dos seus 52 países a braços com uma corrupção endêmica, principalmente ao nível superior da (des)governança. Citando apenas os dois países mais importantes, na Nigéria os governantes subtraíram ao Estado de 1960 até 1999 mais de 450 biliões de dólares para proveito próprio, e o desvio para contas pessoais mais que duplicou; por sua vez, na República da África do Sul, é rara a semana em que não acontece um novo escândalo de corrupção entre as elites políticas e as que gerem as maiores empresas e os grandes negócios do país. O atual presidente do país, menos de uma semana depois de ter tomado posse, foi de imediato acusado de estar envolvido num caso de extorsão, num outro de lavagem de dinheiro, em dois de corrupção e em doze de fraude em estreita ligação com subornos pagos por uma empresa francesa de venda de armamentos!

Finalmente e com base em estatísticas da ONU e da Transparency International, as instituições democráticas em África permanecem frágeis e, em alguns casos, são mesmo inexistentes, com as representações dos partidos da oposição a constituírem meras fachadas decorativas, estreitamente vigiadas pelos respetivos partidos fortes controladores de todo o aparelho estadual e das forças armadas através de selecionadas elites políticas que, com mão pesada, estabeleceram práticas consideradas marginais sobre os países que supostamente governam, face à «lei das gentes» e do direito jurídico internacional; ao mesmo tempo que protegem nos areópagos internacionais outras pseudoelites congêneres.

À semelhança do queniano Mwai Kibaki, que não se conformou com o resultado das eleições e as alterou a seu favor para permanecer no poder, muitos potentados africanos continuam a não perceber que um dia, por via dessas eleições, terão de ceder a outrem esse mesmo poder. Como afirma o bispo queniano católico Cornelius Korir: «a democracia em África não é entendida exatamente da mesma forma e modo como é compreendida e praticada no Ocidente; uma vez que o seu poder, riqueza e opulência dependem da cadeira do poder que conquistaram pela força, os nossos líderes não admitem sequer qualquer tipo de derrota eleitoral que os obrigar a devolver esse mesmo

92 poder». Nesta realidade virtual por si construída e praticada, ditadores como Kibaki, Mugabe e Yoweri Museveni do Uganda tentam afincadamente (como Chavez e Ortega, entre outros) alterar a Lei Constitucional dos próprios países – alguns até já o conseguiram – para desta formam se perpetuarem no poder.

Urge pois tentar perceber afinal, sem complexos, de quem será a responsabilidade para a situação ter chegado a este ponto. Primeiro e certamente em certa medida, esta pertence aos próprios africanos, porque na altura das votações, por medo e pela coação, se tornaram cúmplices de todo um processo obscuro de jogo de influências étnicas e tribais que não souberam controlar, ao deixarem fugir a oportunidade que lhes permitiria afastar o ditador corrupto e por vezes sanguinário, optando de modo leviano por eleger o mesmo ou outro já bem conhecido pelos mesmos defeitos e orientações sectárias, na esperança de que ele se tornasse generoso com aqueles outros das camadas pobres e de outras fações que logo apareceram solícitos a aplaudi-lo em comícios e em desfiles esperando, no mínimo, a dádiva de um emprego; mas que no dia seguinte logo serão esquecidos em favor de um qualquer incapaz da mesma etnia ou grupo tribal. Segundo, o próprio Ocidente não se encontra isento de culpas, não apenas pelo seu auto flagelante complexo colonial e de demissão dos problemas africanos, mas principalmente porque a Europa já se contenta em que exista uma «aparência» de democracia em África, pouco lhe interessando a realidade por moralmente considerar «poder dormir descansada» pelo simples facto de se limitar a doar biliões de dólares em ajuda humanitária aos povos que sofrem em África; biliões que afinal e na sua quase totalidade, acabarão nos bolsos dos seus governantes mais corruptos. Logo dever cumprido! Do dinheiro esbanjado e mal empregue nem sequer se pedirão contas para não exacerbar os ânimos dos pequenos títeres que poderão em qualquer altura cortar nos fornecimentos de petróleo, gás, diamantes, cobre, manganés e mais de um sem número de outros materiais críticos e matérias-primas de que os países europeus necessitam com premência para o seu desenvolvimento e progresso!

Ainda de referir, no que respeita à expansão chinesa, que também em outros continentes considerados mais problemáticos, tudo se passa como em África, com Pequim também a pressionar e a fazer sentir o seu peso e poder de intervenção através do emprego da mesma estratégia: não fazer perguntas incómodas aos recentes ditadores que



lideram regimes revolucionários nas Américas Central e do Sul e em certos países da Ásia Central e Ocidental, nomeadamente no que concerne ao Médio Oriente.

Neste novo ambiente internacional altamente perturbador, a China estabeleceu e prossegue ainda com uma segunda estratégia que consiste em estabelecer contratos aparentemente vantajosos para os governos com quem trata, pagando antecipadamente a pronto, assim conseguindo paulatinamente subtrair ao mundo dito ocidental (Japão incluído) mercados abastecedores vitais para as suas economias. Também e em simultâneo, a contínua redução concertada da produção do crude tendo por finalidade última provocar o enfraquecimento dos fluxos de abastecimento ao denominado mundo industrial democrático, tem provocado uma inflação dos preços da matéria-prima, ação que se reflete globalmente a todos os níveis principalmente nos países mais pobres. Sob a ótica geoestratégica, esta típica ofensiva chinesa dos tempos modernos, que se pode equiparar em muitos aspetos à ciber-guerra travada no ciberespaço de que aliás é o principal protagonista, constitui uma forma inovadora de quebrar a supremacia económica, tecnológica e do poder militar das maiores potências ocidentais e dos seus aliados asiáticos e africanos, por a RPC se encontrar em direta e inexorável competição com a Europa e a América ao procurar atingir a supremacia económica e financeira a que aspira e monopolizar contratos exclusivos de fornecimento de crude com os países tradicionais fornecedores do Ocidente, que assim se vê coartado dos seus mercados tradicionais e das normais fontes fornecedoras de energia.

### 3. A Chantagem da OPEP sobre o Ocidente

Conscientes da dependência vital dos países industrializados mais avançados do abastecimentos de petróleo a preços que, no máximo, nunca deveriam ultrapassar os 39 dólares por barril, alguns países mais extremistas exportadores, a que rapidamente se associaram outros a quem a contínua escalada do custo do crude interessa como meio de promoverem as suas próprias economias ou de conseguirem colmatar extensos défices, têm vindo a empregar como estratégia funcional o preenchimento dos espaços vazios dos mercados internacionais entretanto deixados em aberto pelas empresas ocidentais, agora incapazes de manterem o ritmo da suas exportações de bens e produtos por não

94      poderem competir com custos irrisórios da mão-de-obra dos países do Cartel. Esses Estados, alguns de governos considerados de irracionais ou párias, deram início a uma estratégia concebida, planeada e executada em termos globais, seguindo uma política ao serviço de forças altamente poderosas e implacáveis, qual Estado virtual multifacetado tipo tentacular, móvel e de difusa configuração, difícil de localizar por se esbater por detrás de uma Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que age em termos «jihadistas», com a ajuda de Estados dominados por regimes ditatoriais de características totalitárias. Encontram-se bem expressas neste cenário a extrema agressividade das ações constantes de provocação por parte do regime de Teerão, pela insistência em dispor de armas atômicas, pelas demonstrações belicosas de ordem política e militar dirigidas contra o Ocidente e regimes islâmicos moderados e pela intenção de bloquear o Estreito de Ormuz afundando ali vários navios, ações que teriam efeitos catastróficos na economia mundial e fariam entrar em colapso, não apenas as economias dos Estados do Golfo mas também dos Estados ocidentais e seus aliados.

Utilizado já sem preocupações de dissimulação como verdadeira arma de guerra económica por parte de países irresponsáveis ou de índole extremista, alguns agindo em consonância com o terrorismo radical islâmico apostado em fomentar uma política premeditada de terra queimada com a cumplicidade de Estados párias ou em processo de falência política que lhes fornecem as suas bases logísticas e financeiras de retaguarda, o petróleo está a ser empregue como arma de chantagem económico-financeira e política indiscriminada contra o mundo em geral e as democracias ocidentais em particular; o que poderá conduzir a um cenário de grande confronto e imprevisibilidade que inevitavelmente resvalará para o pior de todos os conflitos de que a História aliás já nos forneceu inúmeros exemplos: o de um confronto civilizacional (como o prevê Samuel Huntington). Não querer aceitar a evidência da realidade tenderá a conduzir ao desastre de uma guerra global de cariz religioso que poderá colocar em causa a própria sobrevivência do Ocidente e dos seus valores, porque manietado entre os excessos da democracia e a perigosidade de um pacifismo nefasto que colocam em causa os valores que defende; mundo ocidental que se submete à chantagem e não reage em termos categóricos, como

há anos aconteceu com a França ao ordenar sem explicações válidas o cancelamento do Paris-Dakar.

#### 4. Os Mais Recentes Recortes Geopolíticos e Geoestratégicos

Num sistema mundial de fraturantes e visíveis assimetrias quanto ao desenvolvimento e onde ocorre uma globalização que até há escassos anos um número apreciável de teorizadores acreditava ser de todos, interessará tentar compreender a problemática.

Neste sentido, importa selecionar três das principais áreas que se configuram, todas de âmbito estrutural. A primeira diz respeito à geografia e aos novos contornos geopolíticos influenciadores quanto à postura e à mente racional dos homens; a segunda diz respeito ao papel e à missão das instituições nacionais e internacionais criadas para protegerem ou funcionarem a favor do progresso da humanidade enquanto pensada como incluindo todo o género humano; e, finalmente, haverá a considerar a adaptabilidade das políticas de ajuda e de apoio quanto ao diferente grau de desenvolvimento dessas mesmas comunidades politicamente organizadas.

Com efeito, o crescimento económico nos denominados países pobres dependerá em grande parte de se conseguir executar bem uma série de coisas diferentes, certamente com o auxílio de uma certa dose de boa clarividência, não apenas com a execução de consolidadas políticas económicas mas também com o assegurar de uma longa vida institucional que seja compatível com o seu crescimento como sejam: a estabilidade política, os direitos de propriedade, a existência de sistemas regidos pela lei vigente, a prática da moral e da ética, a transparência dos processos de posse da terra, e as demais boas práticas. Mas outros economistas colocam maior ênfase na geografia, em especial nos seus efeitos climáticos e na posição geopolítica do espaço territorial, com particular incidência no acesso desses países ao mar, para além da variedade da natureza dos recursos existentes; tudo irá certamente afetar todo o espectro de integração internacional que afinal possa permitir, no mínimo, fazer chegar os bens essenciais à manutenção da dignidade e de um sistema de vida minimamente sustentável extensivo a todas as partidas do mundo.

Um desenvolvimento de sucesso dependerá certamente de todos os fatores acima descritos. Os indicadores mostram e confirmam que economias ricas combinam normalmente políticas competentes, fortes e bem estruturadas, juntamente com instituições estáveis e uma geografia favorável; ao contrário, muitos dos países mais pobres do planeta cumprem pouco com estes três requisitos que, de facto, assumem a maior importância e grau de urgência quanto a uma política de desenvolvimento direcionada.

Considere-se em primeiro lugar a política a seguir. Neste estudo, a sua qualidade é avaliada pela inflação, abertura ao comércio, a estabilização de câmbios e outros indicadores. Se países com baixas receitas, associadas a más políticas também têm más instituições e essas instituições não se incluem nas análises, então as más políticas poderão atuar como indutoras de instituições deficientes, aparecendo como as verdadeiras e principais influenciadoras negativas do processo. Em análises realizadas e consideradas como credíveis, os vários estudos têm evidenciado que países com más instituições tendem para ser negligentes.

Outros estudos afirmam que uma geografia favorável tem influência preponderante, por promover boas instituições; e estas, por sua vez, asseguram o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade. Mas acontece que, neste particular, também o consenso não é unânime, pois nem sempre é líquido determinar se e quando uma boa geografia ajuda a promover boas instituições e assim contribuir decisivamente para o desenvolvimento das comunidades.

Será então que, no «terreno», um bom solo e uma boa geografia favorecem as boas instituições? Segundo as mais recentes teorizações, embora não aceites ou seguidas por todos os cientistas, algo terá a ver com o modo e a forma de grande variedade de estratégias coloniais seguidas pelos europeus. Assim e na América do Norte, na Austrália ou na Nova Zelândia, os europeus fixaram-se em grande número e criaram instituições para protegerem a propriedade privada e cercar, neste campo, a propriedade do Estado. Pelo contrário e na maior parte da África e da América Latina, os europeus nunca desejaram fixar-se, tendo-se concentrado mais e em diferente grau na extração de materiais, no cultivo e exportação de cereais e na exploração de outros recursos: logo, menos democracia, menos interesse quanto à

salvaguarda dos direitos de propriedade e maior negligência quanto ao meio ambiental.

Neste sentido verifica-se, de acordo com os modelos analisados em estudos laboratoriais e de estatísticas orientadas, que os europeus se vieram a fixar prioritariamente e logo de início mais na América do Norte e menos em África, e nesta só o fazendo bastante mais tarde por imperativos políticos e geoestratégicos, como as imposições resultantes da Conferência de Berlim que determinou a «corrida à África». Esta realidade aconteceu mais por causa da geografia, sendo motivada pelos ataques mortíferos dos germes, vírus e pela proliferação dos agentes transmissores das doenças. Estudos científicos têm provado que, quando a mortalidade era baixa nos locais de fixação devido à boa conjugação de uma boa geografia e de um bom clima, encontravam-se criadas boas condições para que todos usufruíssem de boa saúde, permitindo deste modo aos europeus mover-se para essas regiões e erigirem boas instituições. Ao contrário, onde a mortalidade nos locais de fixação era elevada devido a uma má geografia associada a um meio ambiental inóspito, eles eram obrigados a procurarem outras paragens, às vezes de forma precipitada, sofrendo com isso a construção das instituições as quais, por via da pressa gerada pela mudança, começaram por ser más logo de início. Estas instituições, quer as boas quer as más, originaram raízes que se foram mantendo e prolongando no tempo, definitivamente determinando o percurso do legado e os resultados finais de toda uma prática que ainda hoje se verifica por todo o mundo.

## 5. Poder e Globalização

No final e em meados do século passado verificou-se então que, com o agravar da sobreposição de toda a problemática, as instituições são afinal mais difíceis de mudar do que as políticas instituídas a seguir. Mas como as instituições são infinitamente menos resistentes à reforma do que a geografia, considerada esta lógica como mais abrangente e multidisciplinar, o transitar de más para boas instituições será previsivelmente um desafio real e sempre presente para os desenvolvimentos económico e social, em grande parte devido às assimetrias e constrangimentos existentes e à inexorável marcha descompassada da globalização.

Tudo porque, num ambiente de globalização assente na interdependência e na existência de ligações às redes, haverá que elaborar estudos de análise exploratória sobre a informação e o conhecimento que afinal, nesta Era de intensa competição, traduzem e materializam os fenómenos de escala ao nível mundial que estruturam e enformam o sistema mundial vigente, abrangente à totalidade dos países reconhecidos pela ONU, às organizações e instituições estaduais e privadas e às grandes empresas transnacionais de âmbito global.

Ainda no que se refere às origens do fenómeno globalizante, a sua génese teve início com a progressiva marcha primordial da internacionalização, iniciada pela aventura da expansão marítima comandada pelos portugueses de antanho no final do século XV. Na realidade, nesses tempos longínquos e face ao clima adverso, às vicissitudes e ao denodado espírito de sacrifício dos portugueses bandeirantes, cedo se revelou e se impôs o espírito empreendedor de toda uma visão de futuro da nação lusa, por os seus visionários terem sabido traçar com tenacidade no Pantanal e na impenetrável Amazónia as fronteiras do que constitui hoje o extenso e grande país que é o Brasil, ocupando quase metade de um continente. Cumpriu-se assim, com inúmeras provas de coragem, de sacrifício e de tenacidade, o espírito pioneiro dos portugueses visionários, que souberam manter intactos o espírito de uma nação una e indivisível que esteve na origem do Estado que é hoje um dos mais poderosos do mundo; bem ao contrário das colónias espanholas, que se fragmentaram numa miríade de países, em que o espírito da nação quase não existe. Hoje e para todo o sempre, os brasileiros devem essa gesta e o «milagre» conseguido aos denodados portugueses que cumpriram Portugal.

Desde o seu início e servindo-lhe de suporte, o «motor» da globalização materializa-se no poder económico; poder que a faz mover e ampliar, tornando-a o fulcro das aspirações dos Estados e de quem comanda o mundo. Interage inevitavelmente com todos os outros tipos de poderes que intervêm na globalização porquanto, da maior ou menor projecção e incidência de cada um deles no processo, serão projetados reflexos que provocarão repercussões na eficácia e na força deste mesmo tipo de poder. Hoje, perder poder económico significa perder poder político e militar; e sem forças armadas credíveis e eficazes, os Estados apenas serão, como refere o Professor Adriano Moreira, meras soberanias de serviço...

Dentro destes novos cenários de agudas incertezas, constata-se que Poder é sinónimo de competências, saberes, eficácia, inovação, de boas lideranças, de honestidade e valor moral e de uma consciência de futuro.

Donde, e voltando ao motejo inicial deste artigo, se insiste que o petróleo está a ser utilizado como arma de arremesso, principalmente contra as economias ocidentais, visando condicionar ou mesmo estrangular a sua até agora superior capacidade de competição e de afirmação, sem que aparentemente estas nada façam em conjunto para o evitar, inclusive ignorando as várias e inquietantes declarações de dirigentes da OPEP ou dos chamados Estados professando estilos revolucionários, ideológicos e totalitários que já declararam continuar a empregar sem pudor poderes funcionais para o cumprimento das suas estratégias funcionais desafiantes. Com estas ações demagógicas e propiciadoras de graves acontecimentos esses governos, sem olhar às consequências, apenas conseguiram até agora fazer disparar a fome e a miséria em determinadas regiões do mundo onde se situam os países mais atrasados, portanto incapazes de responder à crise provocada pela alta contínua dos preços do crude cuja exorbitância se reflete à partida e de imediato nos produtos de primeira necessidade.

## 6. Considerações Finais

Numa conjuntura que se afigura pouco menos que imprevisível, a China tem sobressaído como um novo Estado expansionista, cuja política evidencia as suas intenções hegemónicas geopolíticas e geoestratégicas, nomeadamente sobre regiões onde exista petróleo ou materiais críticos. Os exemplos são inúmeros: na Bacia do Pacífico, ao prolongar a sua zona de «segurança» e de defesa aérea e naval muito para além dos arquipélagos japonês e das Filipinas, no Índico ao pressionar quanto ao aumento das concessões estratégicas na Birmânia, em determinados países da África ao explorar os «espaços vazios» com o apoio declarado ao regime de Mugabe declarado inimigo do Ocidente, na Ásia ao pressionar em Caxemira e ao sustentar a guerrilha maoista que assola um quarto do território indiano, e nas Américas ao subtrair mercados energéticos aos países europeus.

No que concerne ao sistema mundial, os efeitos e consequências desta política quanto à manutenção da ordem possível configuram-se

como perigosas e desestabilizadoras da paz, dado o passado expansionista histórico do antigo Império do Meio e do atual poderio militar que detém.

A agravar a atual conjuntura económica internacional, que se encontra em desaceleração, mantém-se por parte dos países da OPEP e dos países associados a insidiosa e deliberada criação de uma crise energética visando enfraquecer economicamente os Estados industrializados e consumidores. As repercussões fazem-se sentir sob a forma de uma gravíssima crise alimentar de escala mundial e num maior fardo a suportar por aqueles países mais pobres que, de todo, não conseguem acompanhar o ritmo da globalização.

Nesta incerta conjuntura, em que os fatores da desestabilização do Sistema e da Ordem internacionais parecem agir impunemente, a ONU mostra-se impotente e incapaz de impor as suas resoluções contra os países criadores de toda a instabilidade; pelo que serão de perspetivar os piores cenários conflituais, não deixando de estar presente no horizonte próximo um possível cenário de confronto de civilizações pela disputa de materiais estratégicos, de fontes de energia e de novas áreas de influência.

Face a todos estes fatores de considerável imponderabilidade e que parecem agravar-se ano após ano, essencialmente devido aos fatores apontados e à proliferação armamentista nuclear, Portugal terá de se dotar urgentemente de lideranças isentas, competentes e visionárias, mandatadas para conduzir e recuperar o país da grave problemática que enfrenta, nomeadamente nas críticas áreas económica e financeira e no sensível setor vital da energia, de que depende do exterior. Tudo se desenvolve numa conjuntura em que o Estado português poderá em qualquer momento sofrer graves e indesejáveis impactos negativos se vier a ocorrer uma grave crise político-militar generalizada centrada na região do Médio Oriente.

Como a História tem sobejamente demonstrado, o País terá de se valer a si próprio. Teremos de ser nós próprios a fazê-lo, pois os eventos históricos e a atual grave situação de declínio e de decadência têm demonstrado à exaustão que, nos momentos de infelicidade ou de graves desequilíbrios, os aliados sempre nos ignoraram enquanto os adversários, que sempre espreitam a oportunidade, sempre se sentiram tentados a «preencher os espaços vazios» do poder ou a exigir-nos cedências de interesses nacionais primários ou mesmo vitais.



Desses momentos de infortúnio nacional, sempre conseguimos ultrapassar a adversidade com a recriação rápida, no espaço e no tempo, das anteriores condições estruturais que alicerçam a base desse mesmo Poder que queremos manter e certamente deixar aos nossos vindouros. Pelo nosso passado ilustre teremos de nos agigantar e restaurar a integridade e a honra do Estado sobrepondo aos interesses partidários o Interesse Nacional.

Em conclusão e dentro do espírito pioneiro do mais velho Estado-nação da Europa e quicá do mundo, sedimentado e mantido pela visibilidade do Mosteiro de Alcobaça evocador de uma memória histórica imorredoura, será sempre de rememorar que, muito à frente do seu tempo, Portugal foi o iniciador da internacionalização ao contactar física e pacificamente outros povos e civilizações, o que permitiu colocar a Europa no centro do mundo por mais de quinhentos anos.

Por essa gesta e pela História, o nosso país conseguirá uma vez mais vencer a batalha do desenvolvimento e da recuperação económica, restabelecendo os padrões da moral e da ética que o forjaram; e também de uma ínclita e visionária liderança, à semelhança daquela do século XIV que o projetou como a primeira potência marítima do mundo e da história das civilizações, aquela que abriu o caminho e aportou aos cinco continentes.